



Boletim da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas

SETEMBRO 2011 – MARÇO 2012

Notícias da Rede
Notícias da Presidenta
Temas de estudo 2011-2012
Contribuição dos membros

CONTÉUDO

Presidência (2010-2012).....	1
Notícias da Rede.....	3
Notícias da Presidenta.....	7
Temas de estudo 2011-2012.....	9
Contribuição dos membros	13

PRESIDÊNCIA

DIVA HADAMIRA GASTÉLUM

DEPUTADA FEDERAL DA CÂMARA DE DEPUTADOS DO MÉXICO

Licenciada em Direito pela Universidade de Occidente, campus Guasave Sinaloa, de onde é originária. Conta com um Mestrado em Direito Familiar, bem como Especialização em Direito Parlamentar; Políticas Públicas desde a perspectiva dos Direitos Humanos das Mulheres; Administração Pública; Direito Penal e Direito Familiar.

Foi Deputada local nas legislaturas LVI e LIX do Congresso do Estado de Sinaloa e federal nas legislaturas LIX e LXI na H. Câmara de Deputados, em onde se dedicou a legislar em prol da defesa dos Direitos Humanos, especialmente sobre os direitos das mulheres e crianças.



Exemplo disso são as diversas iniciativas e pontos de acordo apresentados ante seu Congresso de onde se destaca a Lei para Prevenir, Erradicar e Sancionar a Violência Intrafamiliar (primeira de seu tipo no país), a Lei Estatal dos Direitos das Meninas, Meninos e Adolescentes, das quais tem sido autora e a Lei Geral de Acesso das Mulheres a uma Vida Livre de Violência, onde se destaca por ser co-autora. De igual forma tem sido partícipe como conferencista em diversos foros e seminários nacionais e internacionais.

No âmbito da X Assembléia Geral de COPA, celebrada de 15 a 19 de novembro de 2010, em Mar de Prata, Argentina, foi eleita Presidenta da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas.

NOTÍCIAS DA REDE

REUNIÃO DO COMITÊ EXECUTIVO DA REDE ANTES DA REUNIÃO ANUAL, QUÉBEC, CANADÁ, 5 DE SETEMBRO DE 2011



A reunião do Comitê Executivo da Rede preparativa da Reunião anual levou-se a cabo em 5 de setembro de 2011. Na ausência da Presidenta da Rede por complicações de saúde, a Vice-presidenta, a Deputada Emilia Alfaro De Franco presidiu os trabalhos.

As outras integrantes do Comitê que assistiram à reunião são as seguintes:

- A Sra. Monique Richard, deputada e representante da Assembléia Fundadora e da Secretaria da Rede.
- A Sra. Norma Esparza Herrera, senadora e representante da América do Norte.
- A Sra. Hortensia Margarita López Quintana, deputada e representante da América Central.
- A Sra. Mireya Zamora Alvarado, deputada e representante da América Central.
- A Sra. Yuderka De la Rosa, deputada e representante do Caribe.
- A Sra. Doralisa Mercedes Aravena, deputada e representante do Parlamento Patagônico.
- A Sra. Estela Méndez de De Micheli, deputada e representante da União de Parlamentares Sulamericanos e do Mercosul.

As integrantes aprovaram depois a lista das 8 observadoras que assistiram a reunião.

A reunião permitiu revisar e aprovar os documentos para a Reunião anual do dia seguinte. Também, as integrantes procederam à nomeação de 5 relatoras para fazer o estudo dos temas da Rede contidos em plano de trabalho para 2010-2012:

Tema água, meio ambiente e condição feminina:

- A Sra. Doralisa Mercedes Aravena, deputada do Parlamento Patagônico (em caráter de observadora, só a partir de dezembro de 2011).
- A Sra. Mireya Zamora Alvarado, deputada da Assembléia Legislativa da Costa Rica.

Tema pobreza, equidade salarial e empoderamento econômico da mulher:

- A Sra. Ileana Brenes Jiménez, deputada da Assembléia Legislativa de Costa Rica.
- A Sra. Alicia Verónica Gutiérrez, deputada da Província de Santa Fe, Argentina.
- A Sra. Monique Richard, deputada da Assembléia Nacional de Québec.

X REUNIÃO ANUAL DA REDE, QUÉBEC, CANADÁ, 6 DE SETEMBRO DE 2011

A X Reunião anual da Rede levou-se a cabo em 6 de setembro de 2011 na presença de umas cinquenta participantes. O tema principal da reunião era: “Compromisso das mulheres para um futuro melhor: pobreza, água e desenvolvimento sustentável”. Este tema incluía as duas temáticas de estudo que fazem parte do plano de trabalho da Rede, correspondente ao período 2010-2012. Duas oradoras tomaram a palavra para iniciar o debate sobre esta questão: a Sra. Almas Jiwani, presidenta do Comitê Nacional da ONU Mulheres-Canadá, e a Sra. Angélica Da Peña, consultora em direitos da mulher e da infância, do México.

Posteriormente, realizamos um intercâmbio de opiniões e de perguntas entre as conferencistas e as participantes, sobre os diferentes aspectos que surgiram sobre o tema, entre eles, a feminização da pobreza, o problema da privatização dos recursos hídricos, a representação política da mulher e a função que as mulheres (e, em especial, as mulheres parlamentares) podem desempenhar para melhorar a condição da mulher.

Após o debate, sua servidora apresentou às participantes a convidada especial desta reunião, a Sra. Rocío García Gaytán, presidenta da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) da Organização dos Estados Americanos. A Sra. García Gaytán expôs os trabalhos de sua comissão e propôs o desenvolvimento de uma colaboração entre a Rede e a CIM.



O Presidente da COPA e presidente da Assembléia nacional de Québec, o Sr. Jacques Chagnon, veio dar as boas-vindas às participantes desta importante reunião em Québec.



A Deputada da Assembléia Nacional de Québec e relatora da Rede sobre o tema da participação política da mulher, a Sra. Monique Richard, apresentou as principais conclusões sobre o estudo deste tema que a Rede levou a cabo durante os dois últimos anos.

Apresentaram-se os projetos de resolução sobre «a participação política da mulher» e «o compromisso da mulher para um futuro melhor: água, pobreza e desenvolvimento sustentável». Algumas modificações foram propostas e aceitas pelas participantes e as duas resoluções foram adotadas.

Finalmente, apresentei o livro de investigação no que trabalhamos no ano passado, intitulado “Mulheres e movimentos armados nas Américas”. Agradeço especialmente ao Centro de estudos para o progresso das mulheres e a equidade de gênero do México e a seu Comitê parlamentar, bem como ao Congresso Mexicano, que ofereceram um apoio fundamental para poder concretizar este trabalho de investigação. É um precedente importante para a Rede, e portanto para a COPA, contar com bibliografia própria na matéria e elementos de análise com respeito aos êxitos e contribuições das mulheres ao longo da história de nosso continente, a fim de que visualize-se em nossas sociedades. Adiantei que se entregaria um novo trabalho de investigação chamado “Mulheres das Américas” em nossa próxima reunião da COPA e a Rede.





COLABORAÇÃO COM A COMISSÃO INTERAMERICANA DA MULHER DA OEA

Dando seguimento ao interesse destacado durante da Reunião anual entre a Presidenta da Rede e a Presidenta da CIM de começar uma colaboração nas duas organizações, intercâmbios foram iniciados durante o outono para definir as grandes linhas desta cooperação. Ainda os projetos devem contudo estar confirmados, a CIM propõe à Rede de participar ao II Foro hemisférico da CIM “Liderança e Cidadania Plena das Mulheres para a Democracia” que deve levar a cabo na República Dominicana em julho de 2012. Também se está discutindo a participação da Rede em um projeto de fortalecimento das capacidades das comissões parlamentares da Mulher dos Estados das Américas. Como primeira etapa de colaboração, aceitaremos participar em uma consulta preliminar da qual vamos falar durante esta reunião do Comitê Executivo.

NOTÍCIAS DA PRESIDENTA

PARTICIPAÇÃO DA PRESIDENTA DA REDE À REUNIÃO DA COMISSÃO DE SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL DA COPA, 27 E 28 DE OUTUBRO DE 2011, EM HAVANA, CUBA E LANÇAMENTO DO LIVRO “MULHERES DAS AMÉRICAS”

A Presidenta da Rede participou à reunião da Comissão de Saúde e Proteção social da COPA que se levou a cabo em Havana, Cuba, em 27 e 28 de outubro de 2011. A título de representante da Rede, a Presidenta pode participar nos debates sobre os temas de estudo da Comissão que se escreviam em linha direta com questões relativas à condição feminina, como a saúde materna e a assistência às pessoas menos capacitadas.

Ao finalizar a primeira jornada de trabalho, a presidenta da Rede tomou a palavra para proceder ao lançamento do livro redigido abaixo sua égide e titulado “Mulheres das Américas”. No marco deste lançamento, a presidenta fomentou um breve intercâmbio entre os participantes respecto dos desafios da condição da mulher nas Américas.




PARTICIPAÇÃO DA PRESIDENTA NO SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESPECIALISTAS NAS RELAÇÕES ENTRE AS INSTITUIÇÕES NACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS E OS PARLAMENTOS, CELEBRADO EM BELGRADO, SÉRVIA, DO 21 AO 23 DE FEVEREIRO DE 2012



O Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e o Parlamento da Sérvia, convidaram-me a participar no Seminário Internacional de Especialistas nas relações entre as Instituições nacionais de direitos humanos e os parlamentos.

Dito seminário teve a finalidade de produzir um conjunto de princípios para a ONU e que ademais incluíram recomendações para a frutífera relação entre as instituições mencionadas e os parlamentos na proteção dos





direitos humanos e a prestação de contas. Cabe assinalar que a este seminário só assistimos 50 especialistas do mundo e por parte do continente americano participamos esta servidora e um parlamentar do Equador.

CONCLUSÃO DA PRESIDENTA

Estas atividades resumem o trabalho que temos cumprido desde setembro e são um reflexo das prioridades sobre as quais lhes proponho continuemos trabalhando para os meses em que ficamos em nossos mandatos como integrantes do Comitê executivo e para o meu como presidenta da Rede, em particular.

Estou certa que na maneira que contribuamos na realização dos assuntos propostos, geraremos maiores consensos para erradicar os flagelos que afetam às mulheres do continente. Aprecio a acolhida aos documentos que tenho apresentado e particularmente ao que nesta reunião entrego, “Mulheres das Américas”, esperando que cumpra seu objetivo e se distribua nos Parlamentos que vocês pertencem.



TEMAS DE ESTUDO 2011-2012

Pela Secretaria da Rede

ALGUMAS IDEIAS SOBRE O TEMA: A POBREZA, A EQUIDADE SALARIAL E O EMPODERAMENTO ECONÔMICO DAS MULHERES


O estudo do tema da pobreza, da equidade salarial e do empoderamento econômico das mulheres faz parte da agenda de trabalho da Rede para o período 2010-2012. O artigo no último boletim desenhou um retrato geral do tema. Em primeiro lugar recordaremos as principais dimensões da questão antes de oferecer exemplos concretos de ações por parte dos Países das Américas, que sirvam de mostras de reflexão aos membros da Rede.

As Nações Unidas definem a autonomia das mulheres com cinco critérios principais: o sentido da dignidade, o direito a formular e tomar decisões, o direito de acesso a recursos e oportunidades, o direito a tomar o controle sobre sua própria vida, tanto dentro como fosse do lar, e a capacidade de influir na mudança social para criar uma ordem social e econômica mais justa em nível nacional e internacional .

Para ir um passo para além e centrar-se no empoderamento econômico, se fará referência aos Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento (OMD), desenvolvidos entre outros pela ONU, o Banco Mundial e a OCDE, que se converteram em uma referência universal para a identificação de objetivos para conseguir de erradicar a pobreza para o ano 2015. O terceiro objetivo, "Promover a igualdade de gênero e empoderar às mulheres", ocupa-se especificamente de empoderamento econômico. A ONU tem feito deste objetivo uma pedra angular para atingir os demais OMD, tais como a erradicação da pobreza extrema e a fome, a educação primária universal e melhorar a saúde materna.

As três principais dimensões da autonomia econômica das mulheres foram identificadas como:

- As oportunidades econômicas, ou aumentar a empregabilidade e o espírito empresarial, promover o emprego formal e facilitar o acesso aos produtos financeiros e de crédito à medida de suas necessidades;
- Melhoramento da Condição Jurídica e Direitos das mulheres, em matéria de direitos de propriedade, direitos de sucessão e herança, os direitos trabalhistas, etc.;
- A participação e a inclusão das mulheres nos processos de decisões econômicas mediante o estabelecimento de mecanismos que fomentem sua presença nas instâncias que tomam as decisões.



Como se pode ver, esta questão aparentemente muito detalhada nos assinalou de novo a todas as dimensões da pobreza. Estes obstáculos, a que estão sujeitas as mulheres, obstaculizam sua emancipação e seu desenvolvimento e, em definitivo, a igualdade entre os gêneros. Para fazer um estudo detalhado deste tema, encontrarão alguns exemplos de medidas concretas adotadas pelos Estados membros da COPA:

- Na Costa Rica, o governo trabalha com as empresas privadas de pequenas e médias empresas, oferecendo uma "certificação igualitária" aos que promovem a inclusão das mulheres. Este programa combina as políticas sociais às práticas do setor privado para promover o empoderamento das mulheres. Permite aumentar a produtividade das empresas que se aderem às normas e desenvolver novas e práticas para promover a igualdade de gênero no trabalho.
- No Peru, um projeto de construção de caminhos rurais é levado a cabo com o fim de assegurar a participação significativa das mulheres. As mulheres participam em todo o processo, tanto no que se refere às tarefas administrativas, como as tarefas manuais. Desta maneira, o projeto permite combater os preconceitos e permite que as mulheres possam participar em sua comunidade ao mesmo tempo em que obtêm uma valiosa experiência. Por outra parte, a construção de estradas tem facilitado o movimento das mulheres (para vender os produtos colhidos, por exemplo) e das meninas para aceder à escola, que é com frequência problemático nas zonas rurais.
- Em Honduras, um programa oferece apoio técnico e jurídico às famílias que não possuem terras, mas que desejam obter, com uma ênfase na participação e capacitação das mulheres. Devido a que devem cuidar das crianças e fazer as tarefas domésticas, as mulheres têm pouco tempo para dedicar a outras atividades. No desenho de projetos adaptados as suas necessidades e o apoio aos serviços públicos de saúde, educação e atenção para as crianças pequenas, o programa ajudou a conduzir até um 24% o número de empresas locais gerenciadas por tanto um homem e uma mulher.
- No que se refere à representação política das mulheres, muitos países latino-americanos têm adotado um sistema de quotas em seus parlamentos nacionais para aumentar a proporção de mulheres nos órgãos de tomada de decisões. A Argentina foi o primeiro país em implementar esta medida em 1991. Bolívia, Brasil, Costa Rica, Equador, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru fizeram o mesmo após isso.

Esperemos que os exemplos anteriores sejam uma inspiração aos membros da Rede para que possam seguir estudando o tema. Os relatores apresentarão um relatório final sobre o tema na próxima Reunião Anual da Rede.



ALGUMAS IDEIAS SOBRE O TEMA: ÁGUA, MEIO AMBIENTE E A CONDIÇÃO DA MULHER

Um dos dois temas de estudo da Rede para o mandato 2010 2012 é intitulado: Água, médio ambiente e a condição da mulher. Este texto tem como objetivo proporcionar elementos de reflexão para o melhor entendimento dos conceitos que tratarão de guiar o pensamento dos membros da Rede.


Em general, a mudança climática tem um impacto mais significativo sobre a situação das mulheres que vivem em situações precárias ou de pobreza, e especialmente para as mulheres do médio rural. Em primeiro lugar, as mulheres que se enfrentam a esta realidade são com freqüência só para cuidar a suas famílias. Em caso de crise do meio ambiente ou de desastre natural, o ônus das responsabilidades familiares aumenta, já que têm menos acesso a recursos ou serviços. De fato, sua condição está piorando quando as grandes mudanças ambientais ocorrem. Os impactos destas mudanças no acesso à água potável merecem uma atenção especial.

Atualmente na região da América Latina e as Caraíbas, 93% da população nas zonas urbanas tem acesso sustentável a água tratada em comparação com 69% da população que vive nas zonas rurais. Com freqüência, os desastres naturais ou mudanças importantes no meio ambiente causados pela mudança climática, levará a uma redução significativa dos mantos aquíferos e as mudanças na distribuição da água no território, com exclusão das mudanças nas precipitações ou secas. Estes fenômenos têm graves conseqüências para as pessoas que vivem na pobreza, em particular as mulheres nas zonas rurais. De fato, a escassez de água potável e as mudanças nas precipitações têm dificultado as tarefas diárias destas mulheres. Também se encontram duplamente afetadas já que a produção agrícola, que é sua principal fonte de rendimentos, requer de muita água e esta atividade é altamente vulnerável à mudança ambiental e climático.

A contaminação da água e a degradação da infra-estrutura de saneamento e distribuição de água potável devido à contaminação e a mudança do médio ambiente, também pode ter conseqüências graves sobre a saúde humana, particularmente das mulheres grávidas, os meninos e idosos, que vivem em zonas rurais ou urbanas. Neste sentido, as mulheres vêm-se afetadas de maneira diferente que os homens, já que são com freqüência responsáveis por cuidar às pessoas vulneráveis ao seu redor.

Estes fenômenos igualmente afetam às meninas em situação de pobreza, que sofrem as conseqüências da migração causada pela mudança climática. Em muitos casos, os homens devem viajar para buscar trabalho, enquanto as mulheres ficam em casa para cuidar à família e precisam a ajuda de suas filhas para compensar esta ausência, com freqüência obrigando a abandonar seus estudos prematuramente.

Os Estados devem adotar leis e medidas que reflitam a realidade das mulheres quando se trata de um desenvolvimento sustentável e em particular o fornecimento de água, tanto para a produção agrícola que para seu uso pessoal. Por exemplo, as mulheres em zona rural têm menos acesso aos serviços e não têm uma formação técnica igual à dos homens. Eles estão menos preparados para prevenir ou reduzir os efeitos da mudança



climática. Para melhorar sua situação, é possível fomentar sua participação em vários projetos que fazem parte de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável. Por exemplo, em Peru, as mulheres participam em um projeto de construção de caminhos rurais. Isto facilita o acesso à água e os recursos em médio e longo prazo, enquanto as mulheres possam desenvolver novas habilidades.

No Brasil, a Cátedra da UNESCO: Água, mulheres e Desenvolvimento, criou-se em 2006 na Universidade Federal de Ouro Preto. Seu objetivo é "criar uma rede nacional e regional de mulheres com faculdades de decisão no âmbito da água, capazes de intervir nas decisões que afetam à informação, formação e proteção das mulheres dos bairros particularmente vulneráveis quanto à qualidade da água".

À luz desta visão geral do tema, nos encontramos com que as mulheres se vêem afetadas de maneira diferente que os homens pela mudança climática e os problemas ambientais, especialmente os mais pobres deles. Por isso é importante para encontrar mais formas de promover a participação da mulher e se assegurar de que são fundamentais para suas comunidades e seu estado na busca de soluções para assegurar um desenvolvimento humano e sustentável de nossas sociedades. Estes elementos podem orientar o pensamento dos membros da Rede e o relatório por escrito sobre este tema.

Texto original em francês

CONTRIBUIÇÃO DOS MEMBROS



Contribuição da Sra. **Mireya Zamora Alvarado**

Deputada da Assembléia Legislativa da Costa Rica

Representante da América Central da Rede de Mulheres

FORO INTERNACIONAL SOBRE A MULHER E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No passado dia 11 novembro de 2011 tive o privilégio de ser convidada a encerrar o Foro Internacional sobre a Mulher e o Desenvolvimento Sustentável, celebrado na cidade de Beijing, República Popular da China.

O Foro foi organizado pela Federação de Mulheres da China (ACWF), e reuniu as 300 mulheres líderes de todo mundo que se destacaram em diversos campos e setores, incluídos Ministros e altos servidores públicos do governo responsáveis das questões de gênero e desenvolvimento, bem como altos servidores públicos das Nações Unidas, com o objetivo de prover uma oportunidade para o intercâmbio dos avanços, perspectivas e desafios em relação ao papel fundamental que jogamos as mulheres na consecução do desenvolvimento sustentável.

Esta atividade ofereceu uma conjuntura única para revisar e refrescar os compromissos, e para promover novas vias de cooperação internacional, bem como para atender alguns dos temas sociais, ambientais e econômicos que nos preocupam a todos como sociedade.

O mais importante deste ato foi que permitiu gerar um renovado sentido de impulso, forjar novas sociedades e alianças, e potenciar àqueles grupos que se encontraram relegados, como o são as mulheres.

Neste sentido, ainda que por muitos anos a discussão mundial centrou-se em trabalhar por metas ambientais que podiam ir em detrimento da economia e do emprego, hoje é claro que a proteção do ambiente e o bem-estar econômico e social não são excludentes.

No caso particular das mulheres, nós cumprimos funções claramente definidas e contribuimos nosso tempo, energia, aptidões e visão pessoal ao desenvolvimento das famílias, comunidades e nações; convertendo desta forma em pedra angular de qualquer esforço que pretenda atingir o desenvolvimento humano sustentável em médio e longo prazo.

Devemos recordar que o desenvolvimento humano sustentável toma em consideração não só as condições ambientais e de proteção dos recursos naturais, senão também a sustentabilidade social, a qual se baseia na integração social, na eliminação da pobreza extrema, na promoção da equidade entre gêneros, no incentivo à educação, em umas relações de boa convivência e no progresso pessoal e familiar de todas as pessoas.

O avanço dos direitos das mulheres é uma das revoluções sociais mais importantes e profundas que se tem visto na história; e como bem o assinala o prêmio nobel de economia, Amartya Sen “Nada é tão importante hoje na economia política do desenvolvimento, que se reconheça como é devido a participação e a liderança no território político, econômico e social das mulheres.”

Esta reflexão marca-nos a rota a seguir como sociedade, e estabelece como prioridade das nações o exercer de uma constante vigilância sobre o meio das mulheres, para que a cada dia se demande mais oportunidades para elas, uma maior participação, mais respeito e igualdade para todas.

Texto original em espanhol





Contribuição da Sra. **Monique Richard**

Deputada da Assembléia Nacional de Québec

Representante da Secretaria da Rede de Mulheres


A FEMINILIZAÇÃO DA POBREZA NO QUÉBEC: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Apesar dos importantes progressos realizados nas últimas décadas, a feminilização da pobreza continua existindo em Quebec. Seja em termos de precariedade no emprego, a desigualdade salarial ou do ônus do trabalho doméstico, as causas da iniquidade entre os sexos são similares em todas as Américas. Com os anos, os parlamentares quebequenses têm adotado diversas medidas para melhorar a situação econômica das cidadãs.

Em Quebec, as mulheres ocupam os empregos precários em uma maior proporção que os homens e, com frequência, estes trabalhos são pagos com o salário mínimo. De fato, de todos os empregados com salário mínimo, 63.4% são mulheres e a média de horas de trabalho semanais para este tipo de emprego é de 25 horas. Isto tem um impacto direto nas condições econômicas para uma proporção significativa das mulheres, cujos baixos salários e más condições de trabalho, as colocam em situação de pobreza e vulnerabilidade. Medidas como o aumento do salário mínimo ou a construção de moradia social são maneiras de melhorar diretamente as condições econômicas da mulher, já que são mais inclinadas (proclives) que os homens a gastar mais de 30% de seus rendimentos em moradia.

A Lei de Equidade Salarial, aprovada em 1996, tem por objeto corrigir as diferenças na indenização derivada da discriminação por razão de sexo, por exigir às empresas com dez ou mais empregados um exercício da equidade salarial¹. A lei tem tido conseqüências positivas, entre 1997 e 2007, a brecha salarial entre homens e mulheres passou de 16,1% a 12,8%. As medidas previstas na lei renovaram-se e fortalecido ao longo dos anos e desde março de 2011, as empresas devem apresentar anualmente uma declaração de cumprimento da equidade salarial.

O rendimento médio das mulheres é equivalente a só 78% dos homens². Para as mulheres de 45 a 64 anos, esta proporção reduziu-se a 68,6%. A baixa participação de mulheres em postos diretivos contribui a esta desigualdade, mas adotaram medidas para garantir que as juntas diretivas das 24 empresas propriedades do Estado de Québec componham-se de pelo menos 50% de mulheres. Também é importante ter em conta que cada vez mais mulheres ingressam com altos graus de escolaridade, menos a diferença de rendimentos com os homens é importante. Por exemplo, com um nível similar de educação, os rendimentos das mulheres que possuem um título universitário equivalem a 92% dos homens, enquanto a proporção se reduz a 53% nas mulheres que possuem



educação média superior ou menor. A acessibilidade à educação é crucial para o desenvolvimento econômico das mulheres. Ainda que entre os licenciados e universitários, atualmente a maioria são mulheres, a eleição de seus campos de estudo seguem sendo estereotipados e são menos propensos que os homens a optar pelas áreas mais lucrativas.

As mulheres passam em média, mais tempo que os homens nas tarefas domésticas e o cuidado de meninos e idosos. Em consequência, são também mais propensas a ausentar-se do trabalho por questões familiares e têm que viver um estresse adicional devido à acumulação destas responsabilidades. A rede quebequense de creches oferece os serviços do cuidado dos meninos a baixo custo, promovendo assim a conciliação da vida de família e do trabalho mediante a redução do ônus doméstico das mulheres. Hoje em dia, mais de 205.000 crianças assistem às creches.

Entre as leis e medidas adotadas para lutar contra a pobreza nos últimos anos, nos encontramos com a política Para que a igualdade de direitos se converta em uma igualdade de fato, instaurada para o período de 2006 a 2015. Traduz-se em muitas medidas para reduzir as brechas sociais e salariais entre homens e mulheres, incluindo a promoção da diversificação de opções educativas, o fomento da retenção escolar, o apoio às mães adolescentes, o apoio a mulheres empresárias e o apoio para facilitar o balanço do trabalho e a família. O segundo plano de ação para a aplicação desta política abarca o período 2011-2015, e reflete as recomendações formuladas pelos parlamentares durante o exame no comitê de revisão parlamentar dos primeiros cinco anos em virtude de um plano de ação inicial para o período 2006-2011.

Texto original em francês

**Secretaria da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas
Confederação Parlamentar das Américas**

**Assemblée nationale du Québec
1020, rue des Parlementaires, 6e étage
Québec (Québec) G1A 1A3 CANADA**

**Tél. : 418 644-2888
Fax : 418 643-1865**

feminamericas@assnat.qc.ca

